

Tales Faria

Bolsonaro e filhos desconfiam de André Mendonça e Michelle

Tem uma pulga atrás da orelha do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e especialmente dos filhos Flávio, que está pré-candidato a presidente da República pelo PL, o foragido Eduardo Bolsonaro e o ex-vereador do Rio de Janeiro Carlos Bolsonaro, que agora busca vaga no Congresso por Santa Catarina.

Eles se perguntam onde quer chegar o ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF). Têm dúvidas se há uma operação articulada com a ex-primeira dama Michele Bolsonaro contra a candidatura de Flávio ao Palácio do Planalto.

André Mendonça conseguiu a vaga no STF graças ao esforço pessoal de Michele contra o centrão, contra o então presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, que era o Davi Alcolumbre (União-AP), e contra o corpo mole dos filhos de Bolsonaro. É com Michelle que o ministro se sente verdadeiramente comprometido.

Quando ele assumiu a relatoria do escândalo do Banco Master no STF, esperava-se que seus primeiros gestos viessem contra o governo Lula, que é o adversário de Flávio Bolsonaro nas eleições de outubro. Mas não. Vieram contra aliados de Bolsonaro, o centrão e o próprio candidato do PL.

Mendonça começou por não aceitar a proposta de delação premiada apresentada pelo dono do banco, Daniel Vorcaro. Estava arrumadinha para não dizer nada contra a turma do Bolsonaro.

Depois a PF, na prática subordinada neste inquérito a Mendonça, pega o ministro-chefe da Casa Civil de Bolsonaro, senador Ciro Nogueira (PI), presidente nacional do União Brasil, que tentava formalizar apoio a Flávio Bolsonaro.

Divulgou-se que Ciro receberia de Daniel Vorcaro entre R\$ 300 mil e R\$ 500 mil por mês do banqueiro. E

que ele apresentou ao Congresso como seu um projeto elevando para R\$ 1 milhão o seguro do Fundo Garantidor de Crédito. Um rombo no mercado que beneficiaria o banco Master. Segundo a PF, o projeto foi escrito pela equipe de Vorcaro.

Pois bem, com isso, além de atingir Ciro, a PF e André Mendonça levantaram a lebre de que a resistência de Davi Alcolumbre a aprovar a nomeação para o STF do advogado-geral da União, Jorge Messias, era mera pressão para abafar investigações contra políticos. Quem mais trabalhou pela derrota de Messias foi Alcolumbre.

E agora é vazada essa gravação do pedido de dinheiro de Flávio Bolsonaro para o Daniel Vorcaro. Seriam cerca de R\$ 134 milhões para, segundo o candidato, financiar um filme sobre seu pai. Os R\$ 134 milhões são mais do que a soma de algumas das maiores bilheterias dos últimos tempos no país.

“Cidade de Deus” (R\$ 8,2 milhões); “Tropa de Elite 1” (R\$ 10,5 milhões); “Tropa de Elite 2” (R\$ 16 milhões) “Ainda Estou Aqui” (R\$ 45 milhões); “O Agente Secreto” (R\$ 28 milhões), juntos, custaram R\$ 107,7 milhões

Muita gente do mercado financeiro que apoiava Bolsonaro e até alguns que ainda apostam no bolsonarismo entendem que essa gravação marca um ponto final na candidatura de Flávio Bolsonaro.

Agora só restaria um nome na família que poderia substituí-lo. Trata-se da ex-primeira-dama Michele Bolsonaro, que nos últimos tempos tem feito o papel de esposa perfeita do ex-presidente.

Ela sempre foi a candidata predileta do presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto. Mas Bolsonaro e seus filhos nunca a quiseram como candidata. E andam desconfiados da atuação de Mendonça à frente do inquérito ter beneficiado tanto a primeira-dama.

Fernando Molica

A versão capenga de Flávio

Nem depois de muitas doses de detergente Ypê é possível acreditar na história contada pelo pré-candidato do PL à Presidência, Flávio Bolsonaro, para justificar seu pedido de R\$ 135 milhões para financiar um filme sobre seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro.

A intimidade por ele demonstrada com o então banqueiro Daniel Vorcaro (“irmão, estou e estarei contigo sempre”) é incompatível com o que se espera de um senador da República. Em nota, Flávio procurou caracterizar de negociação comercial o apelo que fez ao dono do Master: faltou combinar com os produtores do filme, que negaram qualquer participação do banco no financiamento da produção.

Afinal, onde e como foi aplicada a verba de R\$ 61 milhões repassada por Vorcaro para, supostamente, bancar o filme? Cadê o contrato de patrocínio? A marca do Banco Master apareceria nos créditos do longa-metragem?

O parlamentar também procurou descaracterizar a existência de qualquer outro interesse em relação a Vorcaro. Mas, em seu áudio, é explícito ao citar um viés político na relação com o suposto financiador do filme. Fala que o atraso no pagamento de pessoas envolvidas em “Dark Horse” geraria um “efeito ao contrário do que a gente sonhou pro filme, né?”

O “a gente sonhou” evidencia que o banqueiro estava comprometido com o caráter político-eleitoral da produção, prevista para estrear duas semanas antes da eleição. Vale lembrar que foi durante o mandato de Bolsonaro que Vorcaro conseguiu do Banco Central autorização para virar banqueiro.

Por que Flávio Bolsonaro negou, há dois meses, que tivera contato com Vorcaro? Por que, na manhã de terça, durante uma improvisada entrevista coletiva, negou à reportagem do Intercept Brasil que tivesse pedido dinheiro ao banqueiro? Por que disse que a pergunta estava baseada em uma “mentira”?

Há mais perguntas: por que o senador escondeu dos colegas do PL sua relação com o amigo/irmão Vorcaro? Por que, diante da apreensão dos celulares do banqueiro, não tomou a iniciativa de ir à público falar de sua vida pregressa com ele? Antecipar-se a uma notícia ruim e divulgar versão menos contundente é estratégia conhecida no universo da comunicação. O senador, porém, resolveu apostar, pelo jeito, acreditou que Vorcaro apagaria o conteúdo das conversas.

O parlamentar também disse que conheceu o banqueiro em dezembro de 2024, quando o pai havia deixado a Presidência e não havia acusações ou suspeitas em relação ao Master. Não é bem assim: três meses antes, a revista Piauí havia publicado reportagem que enumerava as muitas suspeitas relacionadas à saúde financeira da instituição.

Em 16 de novembro passado, quando mandou a mensagem em que pedia a quitação de cotas vencidas, o senador sabia que, dois meses antes, o Banco Central negara autorização para que o Master comprasse o BRB por duvidar da saúde da instituição.

De tão capengas, as explicações do senador gram uma espécie de efeito Ypê: ao invés de limpar, o uso de determinado lote do detergente piora o tamanho do problema.

EDITORIAL

Precatórios, o ‘calote institucionalizado’

É perceptível que há algo de profundamente distorcido e revelador na maneira como o Brasil lida e gerencia os seus precatórios. Aquilo que deveria ser, em essência, o cumprimento tardio de uma obrigação judicial, torna-se um malabarismo fiscal sofisticado para se equilibrar o inegociável: pagar o que se deve.

Os números impressionam, mas já não chocam como deveriam. São R\$ 71,9 bilhões em precatórios federais previstos para pagamento, após uma escalada que beira o absurdo, o crescimento real superior a 240% em uma década.

Não se trata de um evento extraordinário, mas de uma bola de neve anunciada há anos, que vem sendo convenientemente empurrada a partir de soluções provisórias, emendas constitucionais e decisões judiciais que, embora legais, fragilizam o planejamento fiscal brasileiro.

A decisão do STF de retirar os precatórios da meta fiscal até 2026, que foi consolidada pela Emenda Constitucional 136/2025, é o retrato mais visível dessa engenharia torta. Resolve-se o problema no papel, mas não no caixa. Um alívio contábil que mascara a realidade.

A antecipação de pagamentos para março ajudou a produzir um déficit primário recorde, após o pagamento não planejado. O governo cumpre a ordem judicial, mas tropeça na própria desorganização fiscal. É como quitar uma dívida no

cartão de crédito usando o limite do cheque especial, algo juridicamente correto, mas economicamente temerário.

Enquanto isso, estados e municípios vivem as suas próprias asfixias. Em São Paulo, o estoque superior a R\$ 33 bi no Tribunal de Justiça consome fatias significativas da Receita Corrente Líquida, comprimindo investimentos e inviabilizando políticas públicas.

Contudo, há um efeito colateral positivo: a injeção de liquidez. Quando esses recursos chegam às mãos dos credores, muitos deles aposentados e servidores aguardando verbas alimentares, o dinheiro circula, aquece a economia, paga dívidas, sustenta famílias. Mas este é um alívio individual que nasce de um atraso coletivo. O Estado paga tarde, corrige mal e ainda celebra o impacto econômico como se fosse boa política pública...

O problema está em 2027. A volta da obrigatoriedade de incluir integralmente os precatórios no arcabouço fiscal reacenderá o risco de nova crise. O alívio projetado, com queda para R\$ 44,9 bi, parece promissor, entretanto, não resolve a lógica estrutural e o Brasil continua produzindo precatórios em ritmo incompatível com a sua capacidade de pagamento.

Assim, o país segue refém de uma contradição crônica. Deve, reconhece que deve, mas insiste em tratar a dívida como uma surpresa.

Opinião do leitor

Uma pérola!

Ouvi hoje “Verdade Chinesa” no rádio e ainda não acredito que perdemos aquele timbre tão bonito que faz dessa canção uma das mais emocionantes que eu já escutei. Uma pérola! Minha juventude tem muito a agradecer a esse deus da voz, orgulho do suingue brasileiro. Valeu, Emílio Santiago, você faz muita falta.

José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520

Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes

Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200

Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.